



**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS CAMPUS PENEDO  
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS**

**ANAMAYRA ALEXANDRE BATISTA MARTINS  
CLEICIANE MUNIZ LIMA**

**LEITURA E ESCRITA: CONQUISTA DE TODOS OU DE  
ALGUNS?**

**PENEDO, AL  
2021**

ANAMAYRA ALEXANDRE BATISTA MARTINS  
CLEICIANE MUNIZ LIMA

LEITURA E ESCRITA: CONQUISTA DE TODOS OU DE ALGUNS?

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de graduação Licenciatura em Letras do Instituto Federal de Alagoas, Campus Penedo, como requisito parcial para obtenção de grau de licenciado em Letras.

Orientador: Prof. Me. Everton  
Marques da Silva

PENEDO, AL  
2021



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**  
**Instituto Federal de Alagoas**  
**Campus Penedo**  
**Biblioteca**

M386l

Martins, Anamayra Alexandre Batista.

Leitura e escrita: conquista de todos ou de alguns? / Anamayra Alexandre Batista  
Martins, Cleiciane Muniz Lima. – 2021.  
34 f. ; il.

Orientação: Prof. Everton Marques da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Universidade Aberta do Brasil, Instituto Federal de Alagoas, Campus Penedo, Penedo, 2021.

1. Alfabetização. 2. Leitura e escrita 3. Letramento – Brasil. I. Lima, Cleiciane Muniz. II. Silva, Everton Marques. III. Título.

CDD: 372.4

**Maria Luzia Alexandre de Oliveira**  
**Bibliotecária/Documentalista**  
**CRB-4/2159**

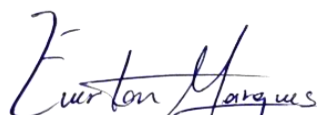
ANAMAYRA ALEXANDRE BATISTA MARTINS  
CLEICIANE MUNIZ LIMA

LEITURA E ESCRITA: CONQUISTA DE TODOS OU DE ALGUNS?

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de graduação Licenciatura em Letras do Instituto Federal de Alagoas, Campus Penedo, como requisito parcial para obtenção de grau de licenciado em Letras.

Aprovação em: 03/12/2021

**BANCA EXAMINADORA**




---

Prof. Me. Everton Marques da Silva  
(Orientador) Instituto Federal de Alagoas – IFAL



---

Prof. Dr. Cristiano Lessa de Oliveira



---

Prof. Me. Wellington Santos

Dedicamos este trabalho aos nossos familiares e aqueles que partiram para outra dimensão espiritual.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por nos ter dado saúde e força para superar as dificuldades e seguir em frente, neste período tão difícil e de tantas perdas.

Aos nossos familiares, amigos e colegas de curso, pelo companheirismo e acompanhamento de todo esse processo de desenvolvimento da escrita – pesquisa.

A todo o corpo docente do Instituto Federal de Alagoas - Campus Penedo  
Curso de Licenciatura em Letras.

Ao Prof. Me. Everton Marques da Silva, nosso orientador, por todo o suporte para a construção e revisão desta pesquisa.

Aos nossos pais, pelo incentivo sincero e pela amorosidade que nos transmitem.

Por fim, a todos que fizeram parte de nossa formação, o nosso muito obrigado.

“Letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto onde a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno.”  
(SOARES, 2003)

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral refletir se a leitura e escrita são conquistas de todos ou de alguns. O método investigativo adotado foi a pesquisa bibliográfica (GIL, 2002), visto que permite fazer um resgate das literaturas existentes sobre o tema investigado, bem como que novos pesquisadores possam produzir conhecimentos. Com vistas a alcançar o objetivo traçado, tomamos como base teórica as contribuições de Soares (2003, 2004, 2006, 2010, 2017); Cagliari (1995, 1998), Moraes (1996, 2004, 2005, 2012), Freire (1999), dentre outros. Consideramos ainda o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (BRASIL, 2013) e os Parâmetros Curriculares Nacionais da Língua Portuguesa (BRASIL, 1996), que discutem a leitura e a escrita como direito de todos. Além disso, consideramos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996); o Estatuto da Criança e Adolescente (BRASIL, 1990); o Plano Nacional de Educação e a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), no tocante à discussão sobre o direito à educação. No que tange à inserção de práticas voltadas para o desenvolvimento do letramento na educação básica, foram consultados os documentos do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da Universidade Federal de Minas Gerais e a Base Nacional Curricular Comum (2017). Esta pesquisa concluiu que, apesar da melhoria que houve nas práticas de alfabetização nas últimas décadas, ainda há avanços a serem feitos para garantir o ensino efetivo da alfabetização para todos os cidadãos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Alfabetização. Leitura. Escrita.

## ABSTRACT

This research aims to reflect whether reading and writing are achievements for all or for some. The investigative methodology adopted was bibliographic research (GIL, 2002), once it allows us to revisit the existing literature on the topic investigated to make comparisons, as well as new researchers produce knowledge. In order to reach the outlined objective, we consider the theoretical contributions of Soares (2003, 2004, 2006, 2010, 2017), Cagliari (1995, 1998), Morais (1996, 2004, 2005, 2012), Freire (1999), among others researchers. Concerning the discussion on the right to education, we analyze the National Pact for Literacy in the Right Age – PNAIC (BRASIL, 2013) and the National Curricular Parameters for the teaching of Portuguese Language - PCNs (BRASIL, 1996) at basic education level, which discuss reading and writing as a right for everyone. In addition, we investigate the Law on Brazilian Education Guidelines and Bases – LDB (BRASIL, 1996), the Brazilian Child and Adolescent Statute – ECA (BRASIL, 1990), the National Education Plan 2014-2024 – PNE and the Constitution of the Federative Republic of Brazil (BRASIL, 1988). In relation to the inclusion of pedagogical practices aimed at developing literacy in basic education, we consulted the documents of the Centre for Literacy, Reading and Writing (CEALE) from the University of Minas Gerais and the National Common Curriculum Base – BNCC (2017). This research concluded that despite the improvement in literacy practices in recent decades, there is still progress to be made to ensure the effective teaching of literacy for all citizens.

**Key-words:** Literacy. Reading. Writing.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPEd	Associação Nacional de Pós - Graduação e Pesquisa em Educação
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
Ceale	Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita
CF	Constituição Federal
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
<i>IBGE</i>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LP	Língua Portuguesa
ONU	Organização das Nações unidas
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNE	Plano Nacional de Educação
Unesco	Organização das Nações Unidas para A Educação a Ciências e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....</b>	<b>13</b>
<b>3</b>	<b>PROCESSO SÓCIO-HISTÓRICO DA LÍNGUA PORTUGUESA - ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO BRASIL.....</b>	<b>16</b>
<b>4</b>	<b>O PAPEL DA LEITURA E DA ESCRITA: .....</b>	<b>18</b>
<b>5</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>21</b>
5.1	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: ALIANÇA ENTRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO .....	23
5.2	ALFABETIZAÇÃO UM DIREITO FUNDAMENTAL DE TODOS .....	25
5.3	A EFETIVIDADE DA EDUCAÇÃO.....	27
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>30</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>32</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Alfabetizar e letrar são processos distintos, mas que caminham juntos, pois dialogam entre si no processo de inclusão do ser nas práticas sociais cada vez mais múltiplas. É por isso que o professor precisa estar ciente da importância que tanto a alfabetização como o letramento exercem no processo de ensino-aprendizagem e de como eles se complementam e estão intrinsecamente conectados.

De fato, não podemos separar esses dois processos, pois ambos inserem o sujeito no universo da leitura e da escrita. Portanto, é por meio deles que o sujeito amplia os seus conhecimentos, suas percepções de mundo e, sobretudo, seu pensamento autônomo.

A magia da leitura e da escrita conduz o ser humano a uma descoberta de sentidos dos signos linguísticos, que através da sua aquisição (leitura e escrita), o sujeito transcende o pensamento e ativa o raciocínio de sentidos e significados, diante das representações linguísticas. É através desta descoberta que é possível ressignificar a linguagem, colocando o sujeito aprendiz a repensar suas ideias, indagar o presente em uma perspectiva crítica e desafiadora perante a sociedade letrada.

Nos dias de hoje, a leitura e escrita são fontes inesgotáveis de poder, de emancipação, de independência e sobretudo de transformação. A escritora e pesquisadora Delia Lerner, em seu livro *Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário*, ilustra bem esse poderio da leitura e da escrita quando coloca que:

Ler é entrar em outros mundos possíveis. É indagar a realidade para compreendê-la melhor, é se distanciar do texto e assumir uma postura crítica frente ao que se diz e ao que se quer dizer, é tirar carta de cidadania no mundo da cultura escrita (LERNER, 2008, p.73).

O que nos motivou a discutir leitura e a escrita neste trabalho, além do reconhecimento da importância pedagógica e social que esses fenômenos exercem na formação integral do sujeito aprendiz, foi o fato de que observamos que alguns alunos do 6º ano do ensino fundamental apresentaram dificuldades significativas no tocante ao domínio da leitura e da escrita durante o nosso estágio curricular na rede municipal de ensino de Penedo-AL.

Na época, identificamos as dificuldades que os discentes apresentaram ao realizarem atividades simples em sala de aula como, ao lerem enunciados de questões do livro, bem como ao se expressarem por escrito. Notamos ainda que os alunos não eram encorajados/estimulados a realizar leituras de quaisquer materiais lúdicos nem em sala de aula nem por meio de atividade extraclasse. Talvez isso seja um dos fatores que justifiquem o problema observado.

Resolvemos, portanto, investigar essa situação por meio de uma pesquisa bibliográfica (GIL, 2002), realizando a revisão de literatura moderna, no que diz respeito ao percurso histórico da alfabetização e letramento. Para tanto, recorreremos às contribuições de teóricos basilares como Soares (2003, 2004, 2010, 2012, 2017); Cagliari (1989, 1992, 1995, 1997, 1998) e Mortatti (1994, 2000, 2004, 2006, 2008).

Além disso, coletamos informações a partir do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC; dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs da língua portuguesa (BRASIL, 1996); da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996); do Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024, e da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017), que normatiza a alfabetização e letramento.

Por meio desta investigação, visamos encontrar respostas ou encaminhamentos para as seguintes perguntas de pesquisa: o que é realmente necessário para uma efetiva prática do ensino da alfabetização e do letramento? As condições de prática de letramento são iguais para todas as camadas sociais?

Dito isso, esta pesquisa tem como objetivo geral refletir se a leitura e escrita são conquistas de todos ou de alguns. Para alcançar a meta estabelecida, este trabalho tem como objetivos específicos: evidenciar a importância da alfabetização - letramento (leitura e escrita), como processo de direito irrevogável a todos; analisar as práticas e saberes da alfabetização para o ensino aprendizagem; bem como identificar a importância e a obrigatoriedade da alfabetização e letramento, como direito de todos, nos documentos oficiais da educação no Brasil.

Finalmente, o trabalho está organizado em cinco seções: a primeira, como vimos, é esta introdução na qual apresentamos brevemente alguns

pressupostos voltados ao processo de alfabetização e de letramento, bem como o que nos motivou a discutir o tema; na segunda seção, discutimos alguns conceitos de alfabetização e letramento, tomando como referência principalmente Soares (2003, 2004, 2010, 2012, 2017) e Cagliari (1995, 1998); e ainda refletimos sobre as concepções construtivistas no âmbito da alfabetização e os conceitos de alfabetização e letramento no decorrer da história da educação.

A terceira seção consiste na exposição dos procedimentos metodológicos que correspondem às técnicas de pesquisa utilizadas para o desenvolvimento deste trabalho e da análise dos dados coletados. Na última seção, apresentamos as nossas considerações finais, fazendo um resgate das questões norteadoras da pesquisa e ainda dos objetivos traçados durante a apresentação da problemática desta pesquisa.

## 2 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A alfabetização e o letramento são processos diferentes, mas que se complementam. Porém, é preciso aprofundar um pouco as discussões acerca desses processos. Na verdade, faz-se necessário esclarecer que, apesar de alfabetizar e letrar serem ações distintas, elas são indissociáveis. Caso contrário, “ideal seria alfabetizar letrando, ou seja, ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse ao mesmo tempo alfabetizado e letrado” (MORAIS; ALBUQUERQUE, 2007, p. 47).

Ao longo dos anos, através do acúmulo de leituras de materiais escritos pela humanidade, o conhecimento se altera e isso é percebido no conceito de alfabetização que vem passando por mudança desde a sua conceituação. Com efeito, ao longo da história educacional no Brasil, observam-se diversas pesquisas sobre o assunto, bem como diferentes formas de conceituação e novas metodologias para suprir a demanda de um “novo” alfabetizar.

No campo educacional, existem diferentes conceituações da palavra alfabetizar. Para Barbosa (1994), o processo de alfabetização é considerado um período de instrumentalização, o que comprova a exploração dos princípios básicos do sistema alfabético. Nessa perspectiva, o dever de ler é imposto ao indivíduo para que ele possa dominar o sistema de escrita.

Já para Soares (2010, p. 15), o ato de alfabetizar toma-se como um “processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita”. Destaque-se ainda que a alfabetização é um “processo de representação de fonemas em grafemas (escrever) e de grafemas em fonemas (ler)” (SOARES, 2010,p.16). A autora ainda acrescenta que este é também um processo de compreensão ou expressão de significados por meio de código escrito e que deve ser:

[...] suficientemente abrangente para incluir a abordagem “mecânica” do ler/ escrever, o enfoque da língua escrita como um meio de expressão/compreensão, com especificidade e autonomia, em relação à língua oral, e, ainda os determinantes sociais das funções e fins da aprendizagem da língua escrita (SOARES, 2010, p. 18).

Piccoli e Camini (2012) apontam que o processo de alfabetização é

impossível de ser concebido através de uma prática que tenha início e fim no mesmo ano letivo. Para as autoras, a alfabetização compreende “uma longa série de competências” (PICCOLI; CAMINI, 2012, p. 13), as quais levam o professor a um novo apelo em razão dos avanços de teorias que se debruçaram a acompanhar as realidades sociais.

É importante destacar que, embora esse conceito tenha mudado ao longo dos anos e que ainda se encontra em constante alteração, as práticas escolares utilizadas para realizar o processo de alfabetização permanecem as mesmas de séculos passados em algumas escolas.

De acordo com Mortatti (2004), aprender a ler e escrever é imprescindível. Contudo, hoje em dia, além desse conhecimento, também precisamos entender como usar a leitura e a escrita de acordo com as necessidades que enfrentamos na sociedade. Esse outro aspecto é justamente o que conceitua letramento.

Para Piccoli e Camini (2012, p. 17), o “letramento, no Brasil, teve sua origem documentada no campo das ciências linguísticas e da educação a partir da segunda metade dos anos de 1980”. Isso mostra que o conceito foi vago e mal compreendido por muitos anos, pois muitos autores enfatizam o processo de alfabetização, enquanto que o letramento não é mencionado em toda a discussão.

Quanto a isso, Soares (2012) pontua que,

Antes, nosso problema era apenas o do “estado ou condição de analfabeto” - a enorme dimensão desse problema não nos permitia perceber esta outra realidade, o “estado ou condição de quem sabe ler e escrever”, e, por isso, o termo analfabetismo nos bastava, o seu oposto - alfabetismo ou letramento - não nos era necessário [...] é preciso também saber fazer o uso do ler e do escrever, saber responder às exigências de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente - daí o recente surgimento do termo letramento [...] (SOARES, 2012, p. 20, grifos da autora).

A pesquisadora aponta que hoje os termos alfabetização e letramento são bastante utilizados e que eles se inter-relacionam e nos convidam a pensar como ocorrem. Vale destacar que, quando se trata de adultos e crianças, o termo letramento transcende as fronteiras da escola e passa a fazer parte da sociedade como um todo, aparecendo nas mais diversas atividades de divulgação e participação da temática no cotidiano.

As autoras Piccoli e Camini (2012) destacam que as escolas brasileiras há muito tempo não enfatizam a importância do verdadeiro sentido do conceito de letramento.

Kleiman (1995) salienta que o termo letramento pode significar uma prática discursiva oralizada em determinado grupo social. Nesse processo de linguagem falada, que ocorre tanto em adultos quanto em crianças, destaca-se que o letramento não é apenas saber ler e escrever, mas se trata do uso social dessas habilidades.

Nessa perspectiva, não existe apenas uma forma de ler e escrever para o sujeito, mas múltiplas formas, pois, se o sujeito fizer parte de múltiplas origens sociais, ele terá um contato significativo com a leitura e a escrita. O autor ainda coloca o seguinte sobre o fenômeno do letramento:

[...] extrapola o mundo da escrita tal qual ele é concebido pelas instituições que se encarregam de introduzir formalmente os sujeitos no mundo da escrita. Pode-se afirmar que a escola, a mais importante das agências de letramento, preocupa-se não com o letramento, prática social, mas apenas com um tipo de prática de letramento [...]. Já outras agências do letramento, como a família, a igreja, a rua – como lugar de trabalho –, mostram orientações de letramento muito diferentes (KLEIMAN, 1995, p. 20).

A prática de letramento que os professores usam para cultivar o comportamento de escrita dos alunos em um ambiente escolar hoje é baseada no modelo de letramento errado, segundo Kleiman (1995), porque é baseado no letramento autônomo. “Essa concepção pressupõe que há apenas uma maneira de o letramento ser desenvolvido, sendo que esta forma está associada quase que de forma causal com o progresso, a civilização, a mobilidade social” (KLEIMAN, 1995, p.21).

De fato, esse entendimento parece não dar conta da complexidade que envolve o letramento, uma vez que, como já mencionado, as práticas letradas mudam conforme o contexto no qual os sujeitos estão inseridos, bem como de acordo com as condições sociais, culturais e econômicas às quais estão submetidos.

### **3 PROCESSO SÓCIO-HISTÓRICO DA LÍNGUA PORTUGUESA - ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO BRASIL**

Em meados da década de 80, a alfabetização e o letramento estavam em uma grande discussão no campo acadêmico, principalmente no que se refere ao ensino da Língua Portuguesa (LP) no Brasil. A discussão da temática se deu devido ao fracasso da leitura e da escrita ocorrido na época, pois alfabetizar, ler e escrever eram as principais dificuldades das unidades escolares de ensino. Naquele período, os entraves eram constantes na aquisição da linguagem e seus códigos. Com essa deficiência no ensino, surgiu a necessidade de uma reestruturação organizacional no ensino da LP, como apontam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Língua Portuguesa:

No início dos anos 80, começaram a circular, entre educadores, livros e artigos que davam conta de uma mudança na forma de compreender o processo de alfabetização; deslocavam a ênfase habitualmente posta em como se ensina e buscavam descrever — como se aprende —. Tiveram grande impacto os trabalhos que relatavam resultados de investigações, em especial a psicogênese da língua escrita (BRASIL, 1998 p. 20).

As evidências de uma evolução no campo do ensino-aprendizagem são postas em destaque, com uma nova didática de ensino e uma nova orientação curricular. O ensino passa por um processo formativo que tende a compreender a leitura e a escrita do aluno. Nesse contexto, conforme destacam Teixeira e Sobral (2010), entende-se que o aluno é o centro do processo de ensino-aprendizagem. Além disso, percebe-se que o aluno traz consigo conhecimentos prévios, uma vez que o sujeito é dotado de realidades conceituais pré-existentes.

Teixeira e Sobral (2010) enfatizam que:

Os conhecimentos prévios podem ser considerados como produto das concepções de mundo da criança, formuladas a partir das interações que ela estabelece com o meio de forma sensorial, afetiva e cognitiva, ou, ainda, como resultado de crenças culturais e que, na grande maioria das vezes, são de difícil substituição por um novo conhecimento (TEIXEIRA; SOBRAL. 2010, p. 669).

A partir das experiências e vivências que cada criança traz consigo,

Piaget (1976) e Vygotsky (1984; 2002;), em sua epistemologia genética, sinalizam que as crianças são estruturadas a partir do que conhecem. Vygotsky (1984) em sua obra *A Formação Social da Mente*, menciona que a criança precisa fazer uma descoberta simplória de que pode desenhar não apenas objetos, mas a própria fala. Desse modo, os conhecimentos prévios são vitais para que elas formulem novos conceitos.

Para o PCNs (1997), o homem dá significado ao mundo e a realidade por meio da linguagem, ao passo em que não só compreende as palavras, como também vai além, e dá significados culturais as coisas. No entanto, nesse tempo histórico, a consolidação da escolarização e seu processo de alfabetização priorizaram-se exclusivamente para atender aos ideais do Estado como forma de uma nova ordem política e social, que foi a abertura para aprendizagem do saber ler e escrever. Para a autora Maria Rosário Longo Mortatti (1994, 2006, 2008), esse tempo histórico é definido como “esclarecimento das massas iletradas”, que outrora era para uma determinada classe social restrita e de âmbito privado.

Para Mortatti (2006, p.3) esse momento histórico também é um novo alvorecer no tocante ao ensino de técnicas e práticas de leitura e escrita:

[...] os processos de ensinar e de aprender a leitura e a escrita na fase inicial de escolarização de crianças se apresentam como um momento de passagem para um mundo novo — para o Estado e para o cidadão —: o mundo público da cultura letrada, que instaura novas formas de relação dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história e com o próprio Estado; um mundo novo que instaura, enfim, novos modos e conteúdos de pensar, sentir, querer e agir. (MORTATTI 2006, p.3)

No decorrer da história, o modelo de ensino e seu processo de alfabetização vêm se moldando a uma realidade existente. Esse modelo traz consigo decorrências e dificuldades no âmbito do método de ensino com as “aulas régias” (primeira sistematização do ensino público e laico no Brasil). Nesse caso, as deficiências no ensino e aprendizagem metódica estavam direcionadas ao aluno ou ao professor.

Na metade do século XIX, a alfabetização era desempenhada a partir de cartilhas “ABC”<sup>1</sup>, como forma de instrumento para aquisição da aprendizagem,

---

<sup>1</sup> “Em 1850, Antônio Feliciano de Castilho escreve uma cartilha famosa, intitulada Método

em que se iniciava a leitura e em seguida transcrevia o texto da cartilha. É neste período, segundo Cagliari (1998), que o processo de ensino não tem avanço e, sim um mero incentivo à mecanização, repetição e memorização.

Nesse processo de ensino, ambos os sujeitos (aluno e professor) têm funções específicas em que o aluno aprende e o professor ensina, ficando, portanto, como objetivo de aprendizagem apenas o de codificar e decodificar. De acordo com Mortatti (2000), essa abordagem não evidenciava nenhuma preocupação com os significados que tais elementos trazem. Na verdade, demonstram pouca preocupação com a compreensão do processo da aprendizagem e da aquisição de leitura e escrita do sujeito.

#### **4 O PAPEL DA LEITURA E DA ESCRITA:**

A leitura e escrita são fenômenos linguísticos magníficos e são uma das mais significativas descobertas da humanidade. Contudo, para Aurox (1998), o elemento mais fascinante é a escrita, pois essa forma de comunicação permitiu a fala sem a necessidade de um sujeito falante emissor. Cagliari (1998), grande expoente na alfabetização, letramento e linguística, traz uma história que propõe uma reflexão, e que evidencia as relações de escrita e leitura. O autor conta que:

Quem inventou a escrita foi a leitura: um dia numa caverna, o homem começou a desenhar e encheu as paredes com figuras, representando animais, pessoas, objetos e cenas do cotidiano. Certo dia, recebeu a visita de alguns amigos e foi interrogado a respeito dos desenhos. Queriam saber o que representavam aquelas figuras e porque ele as tinha pintado nas paredes. Naquele momento, o artista começou explicar os nomes das figuras e a relatar os fatos que os desenhos representavam. Depois, à noite, ficou pensando no que tinha acontecido e acabou descobrindo que podia “ler” os desenhos que tinha feito. Ou seja, os desenhos, além de representar objetos da vida real, podiam servir também para representar palavras que, por sua vez, se referiam a esses mesmos objetos e fatos na linguagem oral. A humanidade descobria assim que, quando uma forma gráfica representa o mundo, é apenas um desenho; mas, quando representa uma palavra, passa a ser uma forma de escrita. (CAGLIARI, 1998, p.14).

Observe que o autor apresenta metaforicamente todo o processo de

alfabetização a partir da escrita e símbolos, mostrando com isso que o ensinar a escrever é uma tarefa de expressar as práticas sociais que nos cercam, bem como um processo de olhar para frente (FREIRE, 1999). Isso justifica a significativa preocupação que há no ensino-aprendizagem da leitura e da escrita no meio escolar e em toda a sociedade, devido à importância individual e social que esses processos desempenham.

A leitura e a escrita têm um papel fundamental para a formação do indivíduo e é na escola que a aprendizagem efetiva dessas competências acontece. Porém, o incentivo à interpretação dos códigos linguísticos deve ser apresentado ao sujeito antes mesmo do ingresso no ambiente escolar, em casa. A família e a comunidade exercem papel de destaque nesse processo:

[...] se as crianças crescem em comunidades iletradas e a escola não as introduz na linguagem escrita (em toda a sua complexidade), talvez cheguem a atingir esses “mínimos de alfabetização”, que lhes permitam seguir instruções escritas e aumentar sua produtividade em uma fábrica, contudo não teremos formado cidadãos para este presente nem para o futuro próximo (FERREIRO, 1995, p. 54).

Como já foi colocado, a escola é um campo específico que desenvolve atividades de ensino-aprendizagem, mas é também *locus* de construção social, que atribui sentidos à história de cada sujeito. Desse modo, há uma exigência natural quanto às competências gerais e específicas que as escolas devem desenvolver no sujeito, como, o aprender a aprender, aprender a pensar, resolução de problemas, desenvolver a inteligência, transformar informações em conhecimento etc.

A leitura e a escrita são basilares para a formação do sujeito enquanto ser e cidadão. A escrita é uma forma singular de representar a memória coletiva, nos mais variados campos do conhecimento. Já a leitura se propõe na realização de revelar e elucidar a escrita como um processo contínuo de descoberta. Cagliari (1989) aponta que a leitura é uma atividade de exteriorização do pensamento, que prioriza a assimilação de conhecimento, de interiorização e de reflexão autônoma.

A leitura e a escrita exercem ainda o papel de emancipar o aluno. Isso implica dizer que esses fenômenos, além de serem elementos de grande valor na aquisição do conhecimento e da linguagem como expressão autônoma e libertadora, viabilizam a autonomia do aluno no processo de ensino-

aprendizagem e nas práticas sociais que desempenham.

Finalmente, como vimos nesta seção, a leitura e escrita exercem papéis diversos e fundamentais na construção e no fortalecimento da identidade do sujeito aprendiz. Observamos ainda que tais fenômenos são essenciais no processo de formação social do indivíduo que, por meio da leitura e da escrita, são emancipados, adquirem novos conhecimentos e ganham voz. Para concluir, na seção seguinte, apresentamos detalhadamente o método científico utilizado no desenvolvimento desta pesquisa.

## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica quantitativa, retrospectiva e descritiva, que tem como finalidade analisar pesquisas relevantes ao tema proposto, possibilitando a elaboração de um compilado sobre o assunto, contribuindo para a disseminação do conhecimento acerca da alfabetização e letramento. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é de extrema importância para fazer um comparativo entre as literaturas e é um meio eficaz de produção de conhecimento para novos pesquisadores.

Também de acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é uma das tarefas que mais contribuem para o aprendizado na área de estudo, haja vista seus estudos apresentarem dados e conceitos já testados e descobertos, permitindo que o pesquisador compreenda o conteúdo e compare com suas ideias e metodologias. Sua principal vantagem é possibilitar ao investigador uma maior abrangência de conteúdo e proporcionar uma fonte confiável de informação.

No que diz respeito ao método de organização desta pesquisa, o compilado de informações aqui discutidas foi realizado por meio de pesquisas e análises, tomando como base os documentos a seguir: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996); Estatuto da Criança e Adolescente – ECA (BRASIL, 1990); Plano Nacional de Educação e a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), no tocante à discussão sobre o direito à educação. No que tange à inserção de práticas voltadas para o desenvolvimento do letramento na educação básica, foram consultados os documentos do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita – Ceale e a Base Nacional Comum Curricular(2017).

Para discorrer sobre a efetividade e o acesso à alfabetização na educação brasileira, analisamos um levantamento realizado no período de 2016 – 2018, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD, junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sobre a taxa de analfabetismo (ausência da leitura e escrita). O estudo tomou como base as diferenças entre diferentes grupos de idade e cor, além da

porcentagem de pessoas não alfabetizadas por cada região geográfica.

Decidimos analisar esse estudo para que pudéssemos visualizar melhor o grau de efetividade do processo de alfabetização no país. Além disso, tomamos como base de investigação os documentos que se referem à discussão sobre o direito à educação voltada para o desenvolvimento da alfabetização e letramento na educação básica.

Para melhor responder às perguntas de pesquisa que pontuamos na introdução, dividimos a metodologia em três subseções. Na primeira, “práticas pedagógicas: aliança entre alfabetização e letramento”, buscamos mostrar que se pode alcançar a aprendizagem conciliando ambos os procedimentos e produzindo uma prática reflexiva de aliança entre os dois processos. Já na segunda, “alfabetização um direito fundamental de todos”, buscamos analisar a LDBEN, ECA, PNE e a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), no tocante à discussão sobre o direito à educação. Finalmente, na terceira, “a efetividade da educação”, discorreremos sobre os índices de analfabetismo no Brasil e o acesso e a permanência dos sujeitos na educação brasileira que ainda é uma problemática latente.

## 5.1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: ALIANÇA ENTRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

A alfabetização entra em cena, segundo Moreira e Rocha (2013), quando o sujeito estabelece contato direto com os sistemas ortográficos e linguísticos, assimilando som e letra. Já para a escritora Magda Soares (2017) grande expoente na temática alfabetização e letramento, a alfabetização considera efetivamente a aprendizagem do alfabeto, no contexto de ler e escrever, caracterizando alianças da alfabetização com os símbolos alfabéticos. Para Cagliari, (1992) a alfabetização também acontece a partir de uma interação social. Além disso, o autor enfatiza que:

[...] o processo de alfabetização inclui muitos fatores, e, quanto mais ciente estiver o professor de como se dá o processo de aquisição de conhecimento, de como a criança se situa em termos de desenvolvimento emocional, de como vem evoluindo o seu processo de interação social da natureza da realidade linguística envolvida no momento em que está acontecendo a alfabetização, mais condições terá o professor de caminhar de forma agradável e produtiva o processo de aprendizagem, sem os sofrimentos habituais. (CAGLIARI, 1998, p.9).

É notório que o processo de alfabetização envolve vários desafios, como mostrado no excerto logo acima. Portanto, para que a escola possa avançar de forma eficaz e produtiva, é necessário que tanto os docentes como os gestores compreendam as singularidades dos seus sujeitos. Somente assim, é possível alcançar resultados mais expressivos no processo de ensino-aprendizagem.

Há ainda a necessidade de a escola equalizar o ensino da escrita e da leitura. Com efeito, são perceptíveis as falhas nas escolas que priorizam, de forma categórica a escrita, e escanteiam o processo da leitura. Embora o processo de alfabetização e letramento tenha seus procedimentos metodológicos de ensino diferentes, ambos são dependentes. Rojo (2004) afirma que:

[...] uma vez alfabetizado, uma vez construídas estas associações, o indivíduo poderia chegar da letra, à sílaba e à palavra, e delas, à frase, ao período, ao parágrafo e ao texto, acessando assim, linear e sucessivamente, seus significados. É o que se denominou fluência de leitura. Nesta teoria, as capacidades focadas eram as decodificações do texto, portal importante para o acesso à leitura, mas que absolutamente não esgotam as capacidades envolvidas no ato de ler.

(ROJO, 2004, p.03).

Para a autora supracitada, o processo de alfabetização é um estágio inicial para a aquisição da leitura fluente. Isso dialoga com o entendimento de que é através da alfabetização que se criam situações que elevam o desenvolvimento de autonomia do sujeito, como nos mostra Carvalho:

[...] uma pessoa alfabetizada conhece o código alfabético, domina as relações grafônicas, em outras palavras, sabe que sons as letras representam, é capaz de ler palavras e textos simples, mas não necessariamente é usuário da leitura e da escrita na vida social (CARVALHO, 2010, p.66).

Dessa forma, Carvalho (2010) nos apresenta a alfabetização e letramento, como uma prática de produção de leitura e escrita com ênfase libertadora, que oportuniza o sujeito a construir seu conhecimento. Portanto, ambos conceitos são dependentes, como afirma Rios e Libânio (2009, p. 33): “a alfabetização e o letramento são processos que se mesclam e coexistem na experiência de leitura e escrita nas práticas sociais, apesar de serem conceitos distintos”. Entretanto, traçando alianças e práticas de alfabetização e letramento, convém destacar que cada categoria se insere em campos linguísticos e metodológicos distintos.

A alfabetização, para Cagliari (1998), caracteriza-se como um processo que envolve docente e discente, ambos em busca de conhecimento. Para Soares (2003, p. 201), “alfabetizar é dar condições para que o aluno tenha acesso ao universo da escrita, tornando-se capaz não só de ler e escrever, mas de propiciar as habilidades de codificação e decodificação”, estando associado, sobretudo ao contexto da sociedade, em que o fazer e o conhecer da leitura e escrita seja um instrumento de conquista e luta em seu espaço na sociedade.

No tocante ao letramento, este compete ao ensino da leitura. De acordo com Soares (2010), letramento é compreender o uso social da leitura e da escrita, saber utilizá-las a leitura e a escrita em diferentes contextos sociais, o que vai contrário ao modelo convencional tradicional do conceito de alfabetização. Dessa forma, cabe destacar aqui o amplo e vasto conceito de letramento que o Ceale apresenta ao colocar que:

[...] letramento é palavra que corresponde a diferentes conceitos, dependendo da perspectiva que se adote: antropológica, linguística, psicológica, pedagógica. É sob esta última perspectiva que a palavra e o conceito são aqui considerados, pois foi no campo do ensino inicial da língua escrita que letramento – a palavra e o conceito – foi introduzido no Brasil. Posteriormente, o conceito de letramento se estendeu para todo o campo do ensino da língua e da literatura, e mesmo de outras áreas do conhecimento, mas, neste verbete, letramento é considerado apenas em sua relação com alfabetização. [...] É então que surge no contexto educacional o termo letramento, que inicialmente se associou ao termo alfabetização, para designar uma aprendizagem inicial da língua escrita entendida não apenas como a aquisição do sistema alfabético e suas convenções, mas também como a introdução da criança às práticas sociais da língua escrita, ou, mais amplamente, à cultura do escrito. (SOARES, 2014).

Para o Ceale e a autora Magda Soares (2003), o letramento não é apenas o ato de ler e escrever, e sim a magnitude da condição do sujeito de ter se apropriado da escrita e conseqüentemente da leitura, ou seja, é poder escrever, ler e pensar, sobre sua leitura de vida. Vejam que temos agora uma perspectiva mais ampla e filosófica de letramento que envolve inclusive a representação e exteriorização do pensamento e do olhar do indivíduo.

## 5.2 ALFABETIZAÇÃO; UM DIREITO FUNDAMENTAL DE TODOS

Grandes entidades internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (Unesco), em seu plano de ação, estabelecem metas e objetivos para uma perspectiva de um novo milênio para o ensino básico. Nesse contexto, a democratização da alfabetização é a preocupação principal, pois é percebida como um direito fundamental e universal.

Tratando da realidade educacional brasileira, a alfabetização, assim como o acesso à educação de qualidade como um todo, é um direito irrevogável. Para assegurá-lo, temos a LDBEN, o ECA, o PNE e a Constituição Federal de 1988, que evidenciam e colocam a educação como direito de todos.

O Art. 205 da constituição Federal 1988, assegura que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p.60).

Na redação do artigo citado, a educação é um direito do cidadão e dever do Estado. Cabe salientar que esse “dever” apresenta dualidade, visto que além do Estado, é papel da família assegurar tal direito fundamental, uma vez que ele dignifica a pessoa humana.

Reconhecer a educação como direito comum implica afirmar que o Estado precisa promover o ensino de diversas habilidades e competências para preparar o sujeito para a vida em sociedade. A mais elementar delas é justamente a alfabetização e o letramento, e um meio para isso é o uso social da leitura e da linguagem escrita.

É preciso enfatizar que escrita faz do ser humano participante ativo de toda a sociedade letrada. Consoante a isso, a Base Nacional Curricular Comum destaca que;

Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social (BRASIL, 2017, p. 83).

Para Britto (2003, p. 50), “pertencer à cultura escrita significa, portanto, mais que a soma dos conhecimentos e capacidades individuais no uso da leitura e da escrita”. A Declaração Universal dos Direitos do Homem a partir da Assembleia Geral das Nações Unidas, no que se refere ao direito à educação – alfabetização – e instrução, diz que:

Art. XXVI: 1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito. 2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. 3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DOS HOMENS, 2013 P. 27).

Como vemos, os valores da educação são reconhecidos como de grande necessidade para produção de conhecimento e dignidade humana. Esse reconhecimento também é enfatizado por diversos pesquisadores, como

Silva (2003), que defende que a aprendizagem e a prática de leitura são princípios de cidadania, por meio dos quais o sujeito se apodera de suas obrigações e pode defender seus direitos.

Dada a importância irrefutável da educação para o ser e para a sociedade, Alarcão (2000, p.18) alerta que “a escola tem a função de preparar cidadãos, mas não pode ser pensada apenas como tempo de preparação para a vida. Ela é a própria vida, um local de vivência da cidadania”. Portanto, a aquisição da leitura e escrita não é só um meio para fins de instrumentalizar o ser, para ampliar suas perspectivas e viver em sociedade, mas é também um fim ao mesmo tempo, inclusive na vida escolar.

### 5.3 A EFETIVIDADE DA EDUCAÇÃO

É notório que no Brasil houve uma melhora nas práticas de alfabetização, nas últimas décadas. Contudo, é fato que para a efetividade do direito à educação, da garantia do acesso à permanência e a qualidade<sup>2</sup> com equidade para todos, temos muito que avançar. Na problematização que se apresenta: as práticas de alfabetização e letramento nas escolas públicas são para todos?

Na educação básica, as leis e documentos oficiais (ECA, PCNs, PNE, LDBEN, CF), nos apresentam a educação – alfabetização – leitura e escrita, como um direito imperativo, de gratuidade e qualidade para todos.

Um levantamento no período de 2016 - 2018 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), sobre a taxa de analfabetismo (ausência da leitura e escrita) por grupos de idade, cor e regiões; chama atenção para uma diferença alarmante de analfabetismo quando se trata dos expoentes citados acima. Na análise por cor/raça há uma enorme diferença entre o analfabetismo de pessoas de cor branca e preta. A pesquisa apurou que 3,9% das pessoas brancas (15 anos ou mais) são analfabetas. Já para as pessoas negras com a mesma faixa etária de idade, há um elevado percentual

---

<sup>2</sup> Aqui o termo qualidade da educação é entendida a partir de meios necessários equivalentes que promova e garanta acesso – ofertas a escolas públicas com educação de qualidade e equidade a todas as classes sociais, sobretudo, no tocante da apropriação da leitura e escrita e da produção de conhecimento contextualizado a sua cultura local. Fonte: IBGE – PNAD (2016 - 2018, p. 2)

que chega a 9,1% de analfabetos.

Esse mesmo contexto de analfabetismo reflete de forma latente, nas grandes regiões do país como, o Nordeste. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2018), o Nordeste foi, e ainda é, a região de maior índice de analfabetismo do país, atingindo para as pessoas de 15 anos ou mais, no ano de 2017, taxa de 14,48%; e no ano de 2018, taxa de 13,87%. Já para 60 anos de idade ou mais, no ano de 2017, a taxa foi de 38,65% e no ano de 2018, taxa foi de 36,87%; como mostra a Figura 1.

**FIGURA 1** – Taxa de analfabetismo, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões (%)

Grandes Regiões	Taxa de analfabetismo (%)					
	15 anos ou mais de idade			60 anos ou mais de idade		
	2017	2018	Variação 2017/2018	2017	2018	Variação 2017/2018
Brasil	6,92	6,77	↓	19,21	18,59	↓
Norte	8,00	7,98	↓	27,39	27,02	↓
Nordeste	14,48	13,87	↓	38,65	36,87	↓
Sudeste	3,51	3,47	↓	10,57	10,33	↓
Sul	3,52	3,63	→	10,86	10,80	→
Centro-Oeste	5,23	5,40	→	18,96	18,27	↓

Fonte: IBGE (2018)

A taxa de analfabetismo no Nordeste aqui apresentada mostra uma desigualdade social e educacional com teor bastante elevado, em comparação às demais regiões do país. Com isso, concluímos que a alfabetização, leitura e escrita não trazem as mesmas condições de práticas de letramento para todas as camadas sociais, pois cada realidade tem suas peculiaridades.

O Brasil e todo o processo que se refere ao acesso à educação ainda trazem marcas históricas de exclusão, em que o acesso e a permanência dos sujeitos na educação brasileira é uma problemática latente. Isso é tema recorrente de discussão nas grandes universidades públicas do país em forma de *workshops*, seminários, e simpósio de direito com qualidade e equidade para todos, como esclarece Bobbio (1992).

Destaca-se que o Estado, como financiador da educação básica, traz

em seu princípio de regimento, a publicização do ensino da leitura e escrita para todos como direito irrevogável, embora cada distrito e estado, em suas prerrogativas de gestão democrática, devam promover meios necessários equivalentes que garantam acesso a escolas públicas com educação de qualidade e equidade a toda a classe social, principalmente, as camadas que estão à margem do cenário educacional brasileiro.

Para concluir, a alfabetização é a base da educação construtiva e ajuda as pessoas a desenvolverem a leitura, a escrita, a comunicação, as ideias e os pensamentos. Entretanto, o índice de analfabetismo do Brasil ainda é muito alto, e o país deve buscar meios para garantir a alfabetização para todos, porque este é um direito fundamental. A importância da educação é indiscutível, e a sua efetividade na vida de um indivíduo é vital para o seu desenvolvimento intelectual, pessoal e social.

Na seção seguinte, apresentamos uma síntese dos elementos constantes nesta pesquisa, mostrando os encaminhamentos adotados no sentido de buscar responder as perguntas de pesquisa apresentadas na introdução. Além disso, discutimos como o objetivo geral desta investigação foi alcançado.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa faz um resgate das principais discussões a respeito do processo de alfabetização e letramento no decorrer da história da educação moderna, com o objetivo de refletir se a leitura e escrita são conquistas de todos ou de alguns. Ao iniciá-la, levantamos as seguintes perguntas de pesquisa: o que é realmente necessário para uma efetiva prática da alfabetização e letramento? As condições de práticas de letramento são iguais para todas as camadas sociais?

A partir do que foi observado durante o percurso desta pesquisa, é notável a necessidade de rever a importância de unir o processo de alfabetização junto às práticas de letramento, devido à possibilidade de ajudar o aluno a construir o seu entendimento de forma a desenvolver sua capacidade de se expressar, além de conseguir enxergar os problemas da sociedade de forma crítica.

Portanto, a alfabetização e o letramento são condições necessárias em nossa contemporaneidade, e o uso destas duas práticas faz do sujeito um ser autônomo, pensante, reflexivo, crítico e que se posiciona e se rebela diante de uma realidade.

Na perspectiva educacional, o conhecimento é o bem mais precioso que indivíduo pode adquirir, e portanto deve ser fortalecido, em todas as instâncias, como garantem as leis e documentos oficiais (ECA, PCNs, PNE, LDBEN, CF), que mostram a educação – alfabetização, leitura e escrita, como um direito imperativo, de gratuidade, equidade e qualidade para todos.

Nesta pesquisa, identificamos a importância que há no ato de ler e escrever, em codificar e decodificar, bem como nas práticas de letramento. Os avanços no campo da alfabetização no Brasil, no que se refere às práticas de ensino-aprendizagem, são indiscutíveis. Contudo, também há muito a ser feito para garantir o acesso e permanência dos estudantes nos espaços escolares, bem como para melhorar o ensino-aprendizagem de leitura e escrita, como observamos, inclusive, durante o nosso estágio supervisionado.

Diante do que foi exposto, acreditamos que tanto o objetivo geral quanto os objetivos específicos estabelecidos nesta pesquisa foram alcançados,

devido à possibilidade que tivemos de salientar a importância da leitura e escrita como direito de todos, além de resgatarmos o estudo sobre as práticas da alfabetização e refletirmos sobre suas implicações sociais e pedagógicas. A análise dos normativos oficiais da educação do Brasil, além das discussões trazidas a partir de pesquisadores que atuam na área, também corroboraram para que alcancássemos tais objetivos.

Como resultado da pesquisa, foi possível perceber como alfabetizar letrando pode ser o melhor caminho para guiar os alunos ao aprendizado da leitura e escrita, junto ao convívio com práticas reais de uso da linguagem. O levantamento bibliográfico realizado no decorrer desta pesquisa tornou possível responder às questões que dizem respeito à acessibilidade às práticas de alfabetização e letramento nas escolas públicas, além de abordar as condições para a efetividade dessa prática nas diversas camadas sociais.

Para finalizar, destacamos que, apesar da melhora nas práticas de alfabetização, a efetividade do direito à educação, da garantia do acesso à permanência e a qualidade com equidade para todos, ainda é uma problemática latente no Brasil, devendo ser necessário rever essa situação promovendo condições de prática de letramento iguais para todas as camadas sociais.

A reflexão acerca do processo de ensino-aprendizagem de leitura e escrita e sua efetivação nos permitiram exercer o papel de pesquisador e produtor de novos conhecimentos. Tal processo nos proporcionou uma aprendizagem dotada de finalidade e significados. Além disso, acreditamos que os resultados do presente estudo podem trazer contribuições para melhor entendimento da efetivação do processo de ensino-aprendizagem de leitura e escrita, bem como podem dar subsídios para a realização de estudos mais aprofundados sobre a problemática.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, I. **Escola reflexiva e a nova racionalidade**. In: A escola reflexiva. Porto Alegre: Artmed, 2001.

AUROX, S. **A filosofia da linguagem**. Campinas: UNICAMP, 1998.

BARBOSA, J. J. **Alfabetização e Leitura**. 2. ed. São Paulo: Rev. Coleção magistério, 1994..

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Brasília, 2017.

\_\_\_\_\_. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/constituicao1988>>. Acesso em 29 out. 2021.

\_\_\_\_\_. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. **Lex: Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao- 2019.pdf (www.gov.br)>. Acesso em: 14 de maio de 2021.

\_\_\_\_\_. **Linguagem oral e linguagem escrita na educação Infantil: práticas e interações** /Ministério da Educação, Secretaria de Educação o Básica. – 1ed. Brasília: MEC/SEB, 2016.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998

\_\_\_\_\_. Leis e Decretos. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasil: Senado Federal, 1996.

Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. **Interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização**. Caderno de Apresentação / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. – Brasília, 2015.

BRITTO, L. P. L. **Sociedade de cultura escrita, alfabetismo e participação**. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAG 2001. São Paulo: Global, 2003. p. 50

CARVALHO, M. **Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a pratica**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FERREIRO, E. **Desenvolvimento da Alfabetização: psicogênese**. In: GOODMAN, Yetta M. (Org.). Como as Crianças Constroem a Leitura e a

Escrita: Perspectivas Piagetianas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

KLEIMAN, A. B. **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. 2. ed. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LERNER, D. **Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

MORAIS, A. G.; ALBUQUERQUE, E. B. C. Alfabetização e letramento. **Construir Notícias**, v. 07, n.37, p. 5-29, 2007.

MORTATTI, M. R. L. Cartilha de alfabetização e cultura escolar: Um pacto secular. **Caderno CEDES**, v. 20, n. 52, 2000.

\_\_\_\_\_. **Educação e letramento**. São Paulo: UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. ----. **A “querela dos métodos” de alfabetização no Brasil: contribuições para metodizar o debate**. Revista ACOALFA plp: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua portuguesa, São Paulo, ano 3, n. 5, 2008.

\_\_\_\_\_. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. In: Alfabetização e letramento em debate. Brasília: Portal MEC, 2006. Disponível em: <<http://www.smecc.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espacovirtual/espacoalfabetizar-letrar/lectoescrita/artigos/historia%20dos%20metodos.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

PIAGET, J. **Equilíbrio das estruturas cognitivas: problema central do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

PICCOLI, L.; CAMINI, P. **Práticas pedagógicas em alfabetização: espaço, tempo e corporeidade**. 1. ed. 3 reimpressão. Erechim: Edelbra, 2012.

RIOS, Z.; LIBÂNIO, M. **Da escola para casa: alfabetização**. Belo Horizonte: RHJ, 2009.

ROJO, R. **Letramento e capacidades de leitura para a cidadania**. São Paulo: SEE: CENP, 2004.

ROSÁRIO, P. Facilitar a aprendizagem através do ensinar a pensar. **Psicopedagogia, Educação e Cultura**, v. 1, n. 2, p. 237-249, 1997.

SCHLICKMANN, M. S. P. **As cartilhas no processo de alfabetização**. Revista Linguagem em (Dis)curso, v. 2, n. 1, 2001.

SILVA, E. T. **Conhecimento e cidadania: quando a leitura se impõe como mais necessária ainda?** Conferência sobre leitura: trilogia pedagógica. Campinas: Autores Associados, 2003.

SOARES, M. **Alfabetização e Letramento, Caminhos e Descaminhos.** São Paulo: Pátio, 2003.

\_\_\_\_\_. **Alfabetização e Letramento.** 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. **Letramento: um tema em três gêneros – 3ª ed.** Belo Horizonte: Autentica Editora, 2017.

TEIXEIRA, F. M.; SOBRAL, A. C. M. B. Como novos conhecimentos podem ser construídos a partir dos conhecimentos prévios: um estudo de caso. **Ciência & Educação**, v.16, n.3, p. 667- 677, 2010.